



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA  
COORDENADORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**Referência: Arts. 12 a 24 IN SGD/ME Nº 1/2019**

**1 – OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Aquisição futura de componentes, suprimentos e periféricos de TIC, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, inclusive as encaminhadas pelos órgãos e entidades participantes (quando for o caso), estabelecidas neste instrumento.

**2 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC**

2.1. A relação dos bens que compõem a solução estão relacionados na tabela a seguir:

Item	Descrição do Bem ou Serviço	Código CATMAT/CATSER	Quantidade	Métrica ou Unidade	Valor Unitário Máximo	Valor Total Máximo
1	Cabo de Rede para Computador, padrão de cabeamento UTP-6;	340063	3050	Metro	R\$ 3,55	R\$ 10.812,25
2	Conector, Tipo RJ 45, Macho;	422680	20	Pacote com 50 unidades	R\$ 118,57	R\$ 2.371,40
3	Bateria para BIOS;	236095	40	Pacote com 5 unidades	R\$ 5,40	R\$ 216,10
4	Filtro de Linha;	387840	200	Unidade	R\$ 46,99	R\$9.397,50
5	Mouse Óptico;	451822	300	Unidade	R\$ 30,98	R\$ 9.292,50
6	Teclado;	451817	300	Unidade	R\$ 53,98	R\$ 16.192,50
7	Disco Rígido 500 GB.	399825	150	Unidade	R\$ 185,62	R\$ 27.842,50
<b>TOTAL GERAL</b>						<b>R\$ 76.124,75</b>

2.2. O quantitativo dos bens que compõem a solução de TIC, objeto deste Termo de Referência, foi estimado por meio do Estudo Técnico Preliminar, realizado no planejamento desta contratação.

2.3. Para a estimativa dos suprimentos para os computadores – bateria para BIOS, filtro de linha, mouse óptico, teclado e disco rígido – da UNILA, levou-se em consideração o número total de



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA**  
**COORDENADORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**

equipamentos do parque de máquinas da universidade, além das peças que mais apresentam danos cotidianamente.

2.4. No que se refere aos suprimentos de rede – cabo de rede e conectores-, considerou-se a possibilidade de alteração de unidades ocupadas pela Universidade, além da continuidade e manutenção do serviço de rede atual.

2.5 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da emissão da nota de empenho e/ou assinatura do contrato, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

### **3 – JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO**

#### **3.1. Contextualização e Justificativa da Contratação**

3.1.1. A Tecnologia de Informação e Comunicação desempenha um papel estratégico na Universidade sendo elemento essencial para o desenvolvimento institucional, pois permeia todas as atividades acadêmicas, da gestão e administração universitária. A excelência dos serviços de TIC da Universidade requerem constante atualização tecnológica e oferta de serviços informatizados para a comunidade.

3.1.2. A manutenção do parque de máquinas da UNILA é de extrema importância, visto que a garantia das estações de trabalho utilizadas pelos docentes, técnicos e discentes está no final da vigência e a aquisição de novas estações de trabalho não é uma opção diante do atual cenário econômico.

3.1.3. Em relação à aquisição de suplementos de rede, destaca-se que tais itens serão utilizados para levar conexão de rede para novos locais a serem utilizados pela instituição, considerando a possibilidade de mudança da lotação dos servidores devido à incerteza da renovação de contratos de aluguéis de algumas das unidades ocupadas pela instituição. Além disso, com a referida aquisição, é possível melhorar a qualidade do serviço que já é prestado atualmente.

3.1.4. Cabe ressaltar que no momento a UNILA não possui Ata de Registro de Preço vigente para esses ativos. Assim, é de interesse da Administração manter um conjunto de Registros de Preços com diversos tipos de itens de tecnologia da informação e comunicação que possibilitarão a manutenção do parque de máquinas e a prestação do serviço de conexão de rede com qualidade.

#### **3.2. Alinhamento aos Instrumentos de Planejamento Institucionais**

<b>3.2.1 ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS</b>	
<b>ID</b>	<b>Objetivos Estratégicos</b>
<b>O1</b>	Objetivo Geral da Política de Informática e Tecnologia, item 9.3 do Plano de Desenvolvimento Institucional 2013-2018: “Desenvolver e apropriar-se de tecnologias da



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA**  
**COORDENADORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**

	informação, para prover a UNILA de acesso à informação, instalações específicas e equipamentos que supram as necessidades de desenvolvimento institucional”.
<b>O2</b>	Objetivo Específico 1 da Política de Informática e Tecnologia, item 9.3 do Plano de Desenvolvimento Institucional 2013-2018: “Diagnosticar as necessidades de infraestrutura de tecnologia da informação, visando atender as demandas identificadas, de acordo com os objetivos institucionais”.
<b>O3</b>	Objetivo Específico 2 da Política de Informática e Tecnologia, item 9.3 do Plano de Desenvolvimento Institucional 2013-2018: “Prover a UNILA de instalações físicas e equipamentos, específicos de Tecnologia da Informação, bem como manuais de procedimento e acesso ao usuário leigo, viabilizando a implantação e uso das tecnologias necessárias ao desenvolvimento institucional”.
<b>O4</b>	Objetivo Estratégico OE.04 da Estratégia de Governança Digital 2016-2019: “Expandir e inovar a prestação de serviços digitais

**3.2.2 ALINHAMENTO AO PDTIC**

ID	Ação do PDTIC	ID	Meta do PDTIC associada
<b>A1</b>	Ação 16.5 do Plano de Ações.	<b>M1</b>	Iniciativa 6.3 das Necessidades Identificadas.
<b>A2</b>	Ação 17.3 do Plano de Ações.	<b>M2</b>	Iniciativa 6.4 das Necessidades Identificadas.

**3.2.3 ALINHAMENTO AO PAC**

Item	Descrição
<b>1763</b>	Cabo Rede Computador, padrão cabeamento UTP-6.
<b>1764</b>	Conector, material policarbonato, tipo RJ 45, macho.

### 3.3. Parcelamento da Solução de TIC

3.3.1. Não haverá parcelamento da solução de TIC. A contratação da solução será sob demanda e se dará pelo Sistema de Registro de Preços devido à impossibilidade de se estimar com exatidão o quantitativo de bens que serão necessários no decorrer do prazo de vigência da ata de registro de preços.

### 3.4. Resultados e Benefícios a Serem Alcançados

<b>1</b>	Agilidade na substituição de equipamentos defeituosos, evitando estoque de equipamentos inoperantes por falta de itens de reposição;
<b>2</b>	Atender a ocupação das unidades da UNILA, melhorando a infraestrutura atual das



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA**  
**COORDENADORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**

	unidades utilizadas;
<b>3</b>	Ampliar o serviço de telefonia a todos os TAEs e professores da UNILA;
<b>4</b>	Permitir a conexão dos equipamentos adquiridos à infraestrutura de redes das unidades da UNILA, além de promover a manutenção da infraestrutura de redes atual;
<b>5</b>	Prover com excelência o atendimento aos usuários de ensino, pesquisa e extensão, através de soluções de TI, sempre com foco na excelência e agregação de valor por meio de serviços de TI;

### **3.5. Requisitos de Negócio**

3.5.1. Os produtos que serão adquiridos, por estarem disponíveis no mercado, se enquadram na classificação de bens comuns, nos termos da Lei 10.520/2002.

## **4 – ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **4.1. Requisitos de Negócio**

<b>1</b>	Manutenção do parque de máquinas de TIC;
<b>2</b>	Manutenção da infraestrutura de redes das unidades da UNILA;
<b>3</b>	Ampliar o serviço de telefonia a todos os TAEs e professores da UNILA;
<b>4</b>	Obtenção de maior segurança na navegação da rede.

### **4.2. Requisitos de Capacitação**

4.2.1. Não aplicável, pois a solução contempla apenas o fornecimento de bens de TIC.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA  
COORDENADORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

### 4.3. Requisitos Legais

1	LEI 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1.993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
2	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 04 DE ABRIL DE 2019. Dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal.
3	Decreto no 7.892, de 23 de janeiro de 2013: Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº-8.666, de 21 de junho de 1993.
4	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 27 DE JUNHO DE 2014 – Dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral.

### 4.4. Requisitos de Manutenção

4.4.1. **Não serão aceitas manutenções** em caso de quaisquer defeitos ou falhas detectadas nos bens que compõem o objeto deste TR.

4.4.2. Os itens danificados deverão ser substituídos no período de vigência de garantia fornecida pela CONTRATADA, conforme o disposto no item 4.9 deste Termo de Referência.

### 4.5. Requisitos Temporais

4.5.1. Os critérios temporais tais como o prazo de entrega, do recebimento provisório e do recebimento definitivo dos bens encontram-se especificados no item 6.1 deste Termo de Referência.

### 4.6. Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.6.1. A CONTRATADA não poderá estar inscrita no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo;

4.6.2. Tampouco poderá ter sido condenada, a licitante vencedora ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta à previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nos 29 e 105.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA  
COORDENADORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

4.6.3. A documentação das atividades e documentos produzidos pela CONTRATADA deverão estar em língua portuguesa de forma clara e objetiva.

#### 4.7. Requisitos de Arquitetura Tecnológica

Item	Descrição do Bem de TIC	Requisitos da Arquitetura Tecnológica
1	Cabo de Rede para Computador, padrão de cabeamento UTP-6.	<p>Deve exceder as especificações da norma TIA-568-C.2 com apresentação da documentação comprobatória;</p> <p>Deve possuir certificado individual (<i>Listed</i>) de <i>flamabilidade LSZH</i>;</p> <p>Deve ser apresentado o número do modelo do produto e catálogo com as respectivas especificações, na assinatura do contrato que atenda os parâmetros de desempenho da norma ANSI/TIA/EIA 568-C.2 e seus adendos, para CAT 6;</p> <p>Deve ser composto por condutores sólidos de cobre, torcidos em pares e reunidos formando o núcleo de 4 pares;</p> <p>Deve possuir impedância característica de 100 Ohms;</p> <p>Deve possuir diâmetro nominal de cada condutor entre 23 e 24 AWG;</p> <p>Deve possuir pares mantidos equidistantes mediante emprego de separador dielétrico em toda sua extensão;</p> <p>Deve possuir classe de <i>flamabilidade LSZH</i>. Essa informação deverá estar impressa na capa do cabo;</p> <p>Deve possuir certificado Anatel;</p> <p>Na capa do cabo – devem estar impressas, no mínimo, as seguintes informações: nome do fabricante, categoria 6, certificado Anatel e as marcas de medição sequenciais de</p>



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA  
COORDENADORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

		<p>comprimento decrescente;</p> <p>Deverão ser apresentados na proposta, catálogos impressos ou obtidos via WEB, que comprovem as características elétricas exigidas inclusive os principais parâmetros de transmissão (valores típicos);</p> <p>Deve atender à Diretiva RoHS.</p>
2	Conector, Tipo RJ 45, Macho.	<p>Deve atender a FCC 68.5 (EMI – Interferência Eletromagnética);</p> <p>Deve possuir contatos adequados para conectorização de condutores sólidos;</p> <p>Deve ser constituído em 3 partes, facilitando o processo de montagem e melhorando o desempenho elétrico;</p> <p>Deve possuir embalagem com código do produto, data de fabricação e contato do fabricante;</p> <p>Deve ser utilizado para ambiente de Instalação Interno;</p> <p>Deve ser compatível com Cabos sólidos;</p> <p>Deve ter Altura de 8,0 mm, largura de 11,7 mm e profundidade 21,5 mm interno e 22,5 mm externo;</p> <p>Deve ter a cor transparente;</p> <p>Deve ter o diâmetro do Condutor 26 a 22 AWG;</p> <p>Deve ter o material de contato elétrico 8 vias em bronze fosforoso com 50µin (1,27µm) de ouro e 100µin (2,54µm) de níquel;</p> <p>Deve ter o material do corpo do produto termoplástico não propagante a chama UL 94V-0;</p> <p><b>Deve ser fornecido em pacotes plásticos com 50 peças;</b></p> <p>Deve atender a norma EIA/TIA 568 C.2 e seus</p>



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA**  
**COORDENADORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**

		adendos ISO/IEC 11801,NBR 14565 e FCC 68.5;  Deve possuir certificação UL E173971, ISO9001/ISO14001 416253, ETL LISTED.
<b>3</b>	Bateria para BIOS	Tipo: lithium; tensão alimentação: 3v; aplicação: para setup (bios); modelo: cr-2032;
<b>4</b>	Filtro de Linha	Tensão alimentação: 110/220 V; potência máxima: 1.500 W; corrente máxima: 10 A; quantidade de tomadas: 4 tomadas mínimo (2p+terra); comprimento do cabo: 1,5 m, mínimo; botão liga/desliga com <i>led</i> ; fusível; referência: MG-3001-PT; Cor: preta.
<b>5</b>	Mouse Óptico	Interface USB; mínimo de 2 botões e <i>scroll</i> ; resolução mínima de 1000dpi; tamanho: padrão; sensor: <i>led</i> ; tipo conector: USB; conectividade: com fio; referência: Dell MS116; cor: preta.
<b>6</b>	Teclado	Interface: USB; padrão: ABNT2; mínimo 105 teclas padrão, sendo obrigatório “ç”; conectividade: com fio; referência: Dell KB216; cor: preta.
<b>7</b>	Disco Rígido 500 GB	Capacidade mínima: 500GB – máxima 1000gb; rotação: 7200 rpm; interface: SATA III; garantia: 1 ano (somente troca – não serão devolvidos discos rígidos com defeito por questão de segurança dos dados); referência: <i>seagate</i> 500GB ST500DM002.

#### **4.8. Requisitos de Implantação**

4.8.1. Não aplicável, pois a solução contempla apenas o fornecimento de bens de TIC.

#### **4.9. Requisitos de Garantia**

4.9.1.A garantia fornecida pela CONTRATADA deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses para todos os itens deste Termo de Referência.





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA**  
**COORDENADORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**

4.9.2.A CONTRATADA deverá prestar atendimento durante o período de garantia por meio de serviço de atendimento telefônico via 0800, ligação local ou serviço web para abertura de ocorrências.

4.9.3. Na abertura do chamado para a substituição de bens em garantia, a CONTRATADA deverá fornecer um número de registro diferenciado para acompanhamento de cada bem/equipamento (protocolo).

4.9.4. Toda despesa com o envio será paga pela CONTRATADA, ficando a CONTRATANTE isenta de subsidiar despesas com suporte e garantia.

4.9.5. O atendimento do serviço de suporte técnico deverá ser executado de acordo com a seguinte regra:

4.9.5.1. A Assistência técnica e o suporte técnico da CONTRATADA deverão proceder a substituição do item danificado, após sua abertura da ocorrência pela CONTRATANTE, das 8h00 às 18h00, de segunda a sexta-feira, em até 10 (dez) dias úteis.

4.9.6. As peças e componentes de substituição deverão:

4.9.6.1 ter especificação igual ou superior à peça a ser substituída;

4.9.6.2 ser novos (não utilizados ou recondicionados) e homologados pelo fabricante.

#### **4.10. Requisitos de Segurança da Informação**

4.10.1. Em caso de danos referentes ao item 7 (disco rígido), tal item defeituoso deverá ser substituído por um novo, sendo que o disco antigo deverá permanecer com a CONTRATANTE, de forma a garantir o sigilo e confidencialidade das informações.

### **5 – RESPONSABILIDADES**

#### **5.1. Deveres e responsabilidades da CONTRATANTE**

5.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

5.1.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência ou Projeto Básico;

5.1.3. Receber o objeto fornecido pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

5.1.4. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis,



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA**  
**COORDENADORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**

comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;

5.1.5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.1.6. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.7. Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da CONTRATADA, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável; e

5.1.8. Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, pertençam à Administração;

5.1.9. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

5.1.10. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA, quando for o caso.

5.1.11. Verificar minuciosamente, nos prazos fixados para o recebimento provisório e definitivo, a conformidade do material entregue com as especificações constantes deste Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento dos mesmos.

5.1.12. Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.1.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **5.2. Deveres e responsabilidades da CONTRATADA**

5.2.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

5.2.1.1 O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

5.2.2. Indicar formalmente preposto apto a representá-lo junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do contrato;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA**  
**COORDENADORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**

- 5.2.3. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 5.2.4. Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE;
- 5.2.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.2.6. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- 5.2.7. Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;
- 5.2.8. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 5.2.9. Responsabilizar-se pelas despesas de quaisquer tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à CONTRATANTE.
- 5.2.10. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede o término de quaisquer dos prazos previstos no contrato, os motivos que impossibilitem o seu cumprimento, com a devida comprovação.
- 5.2.11. Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.
- 5.2.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/93.
- 5.2.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 5.2.14. Ao assinar a proposta, e eventualmente o contrato, a empresa vencedora obriga-se a executar o objeto a ela adjudicado, conforme especificações e condições contidas no Edital, neste Termo, bem como em seus anexos e na proposta apresentada.
- 5.2.15. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA**  
**COORDENADORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**

### **5.3. Deveres e responsabilidades do órgão gerenciador da ata de registro de preços**

- 5.3.1. Efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;
- 5.3.2. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações de condições, produtos ou preços registrados;
- 5.3.3. Definir mecanismos de comunicação com os órgãos participantes e não participantes, contendo:
  - 5.3.3.1. as formas de comunicação entre os envolvidos, a exemplo de ofício, telefone, e-mail, ou sistema informatizado, quando disponível; e
  - 5.3.3.2. definição dos eventos a serem reportados ao órgão gerenciador, com a indicação de prazo e responsável;
- 5.3.4. Definir mecanismos de controle de fornecimento da solução de TIC, observando, dentre outros:
  - 5.3.4.1. a definição da produtividade ou da capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC;
  - 5.3.4.2. as regras para gerenciamento da fila de fornecimento da solução de TIC aos órgãos participantes e não participantes, contendo prazos e formas de negociação e redistribuição da demanda, quando esta ultrapassar a produtividade definida ou a capacidade mínima de fornecimento e for requerida pela CONTRATADA.

## **6 – MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

### **6.1. Rotinas de Execução**

- 6.1.1. Nos termos do art. 67 Lei no 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 6.1.2. O prazo de entrega dos bens é de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da emissão da Ordem de Fornecimento de Bens, encaminhada via e-mail, nas sedes da UNILA em Foz do Iguaçu/PR, nos locais indicados pelo fiscal do contrato na UNILA, mediante prévio agendamento com a Divisão de Suporte Técnico pelo fone (45) 3576-7321.
- 6.1.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA**  
**COORDENADORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**

conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser elaborado relatório circunstanciado, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

6.1.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

6.1.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade dos itens recebidos, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.1.6. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.1.7. O recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, será realizado pelo gestor do contrato.

## **6.2. Mecanismos formais de comunicação**

6.2.1. Os mecanismos formais de comunicação entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE serão por meio de Ordem de Fornecimento de Bens, telefone e e-mail.

## **6.3. Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança**

6.3.1. A CONTRATADA deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo CONTRATANTE a tais documentos.

# **7 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

## **7.1. Critérios de Aceitação**

7.1.1. As peças e componentes fornecidos pela CONTRATADA deverão:

7.1.1.1. ser entregues em caixas e/ou embalagens lacradas;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA**  
**COORDENADORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**

7.1.1.2, ter especificação técnica igual ou superior àquela relacionada no item 4.8 deste Termo de Referência;

7.1.1.3. As peças e componentes fornecidos pela CONTRATADA deverão ser novos (não utilizados ou recondicionados) e homologados pelo fabricante.

## **7.2. Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento**

7.2.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

7.2.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação.

7.2.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto.

7.2.1.3. Fraudar na execução do contrato.

7.2.1.4. Comportar-se de modo inidôneo.

7.2.1.5. Cometer fraude fiscal.

7.2.1.6. Não manter a proposta.

7.2.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

7.2.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

7.2.2.2. multa moratória de 0,33 % (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

7.2.2.3. multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

7.2.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

7.2.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

7.2.2.6. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA**  
**COORDENADORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**

*7.2.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 7.2.1 deste Termo de Referência.*

7.2.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

7.2.3. As sanções previstas nos subitens 7.2.2.1, 7.2.2.2, 7.2.2.3, 7.2.2.4., 7.2.2.5 e 7.2.2.6 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente às de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

7.2.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

7.2.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

7.2.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

7.2.4.5. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

7.2.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

7.2.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

7.2.6.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.2.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

7.2.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA**  
**COORDENADORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**

7.2.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo, necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

7.2.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

7.2.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

7.2.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

7.2.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

### **7.3. Do Reajuste**

7.3.1 Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

7.3.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da CONTRATADA, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice de Custos de Tecnologia da Informação – ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA., exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.3.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.3.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA**  
**COORDENADORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**

7.3.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.3.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.3.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

#### **7.4. Da Subcontratação**

7.4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

#### **7.5. Da Alteração Subjetiva**

7.5.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

#### **7.6. Do Controle e Fiscalização da Execução**

7.6.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

7.6.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

7.6.1.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.6.1.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA**  
**COORDENADORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**

## **7.7. Do Pagamento**

7.7.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.

7.7.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

7.7.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão CONTRATANTE atestar a execução do objeto do contrato.

7.7.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.7.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

7.7.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

7.7.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.7.6. Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

7.7.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

7.7.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA**  
**COORDENADORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**

ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

7.7.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.7.10. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

7.7.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.7.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE.

7.7.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.7.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.7.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA  
COORDENADORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

## 8 – ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO

8.1. A estimativa de preços desta contratação foi elaborada segundo as orientações da IN 05/2017.

8.2. Conforming o disposto na tabela apresentada no item 2.5, o valor estimado desta contratação é de R\$ 76.124,75 (setenta e seis mil, cento e vinte e quatro reais e setenta e cinco centavos).

## 9 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

9.1. A fonte de recursos será informada no momento da contratação.

## 10 – DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

### 10.1. Regime, Tipo e Modalidade da Licitação

10.1.1. De acordo com o Decreto nº 10.024/2019, esta licitação deve ser realizada na modalidade de Pregão, preferencialmente na sua forma eletrônica, com julgamento pelo critério de menor preço.

10.1.2. A contratação da solução se dará pelo Sistema de Registro de Preços devido à impossibilidade de se estimar com exatidão o quantitativo de itens que serão necessários no decorrer do prazo de vigência da ata de registro de preços.

10.1.3. Tal situação é enquadrada no inciso IV, do artigo 3º, do Decreto 7.892/2013.

## 11 – DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E DA APROVAÇÃO

11.1. A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pela Portaria nº 99/2019/PROAGI, de 14 de agosto de 2019.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA**  
**COORDENADORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**

Conforme o §6º do art. 12 da IN SGD/ME nº 01, de 2019, o Termo de Referência ou Projeto Básico será assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação e pela autoridade máxima da Área de TIC e aprovado pela autoridade competente.